

Saudações, caros!

Neste pequeno post quero apresentar aos amigos uma versão resumida sobre o processo da avaliação de tratamento de dados pessoais em razão do legítimo interesse da Empresa, conhecido como LIA (*legitimate interests assessment*).

Boa leitura, ótimos processos & negócios e vamos às conformidades!

Entendendo o “Legítimo Interesse”

A Empresa pode ser obrigada por lei a processar os dados dos titulares, executar um contrato com um indivíduo ou processar seus dados com base em seu consentimento. No entanto, o Legítimo Interesse é um pouco diferente, uma vez que não está centrado em um propósito específico e não é baseado no consentimento; sendo assim, a LIA é recomendado para ajudar-nos a reafirmar que o Legítimo Interesse é uma base adequada para o tratamento de dados pessoais.

A Legislação de Proteção de Dados Aplicável (seja O GDPR ou a LGPD) exige que a Empresa, como controladora dos dados pessoais dos titulares considere e aplique as medidas necessárias para avaliar e considerar se deve optar pelo tratamento de dados pessoais em seu Legítimo Interesse, sempre que estes interesses não prevaleçam sobre os direitos e liberdades fundamentais dos titulares de dados pessoais.

A LIA, portanto, serve como uma ferramenta para ajudar a Empresa a identificar e avaliar se a necessidade e o propósito de um tratamento de dados estão equilibrados, na medida em que os Interesses Legítimos da Empresa, não ultrapassem os direitos dos titulares dos dados pessoais.

Quando devemos realizar a LIA?

Os interesses legítimos são a base legal mais flexível para o processamento, mas você não pode presumir que sempre será a mais apropriada. É provável que seja mais apropriado quando você usa os dados das pessoas da maneira que elas razoavelmente esperariam e que tenha um impacto mínimo na privacidade, ou onde haja uma justificativa convincente para o processamento. Logo, se a Empresa optar por confiar em interesses legítimos, estará assumindo uma responsabilidade “extra” por considerar e proteger os direitos e interesses das pessoas.

Logo, priorize o seu tratamento seguindo a ordem de bases legais, antes de optar pela LIA:

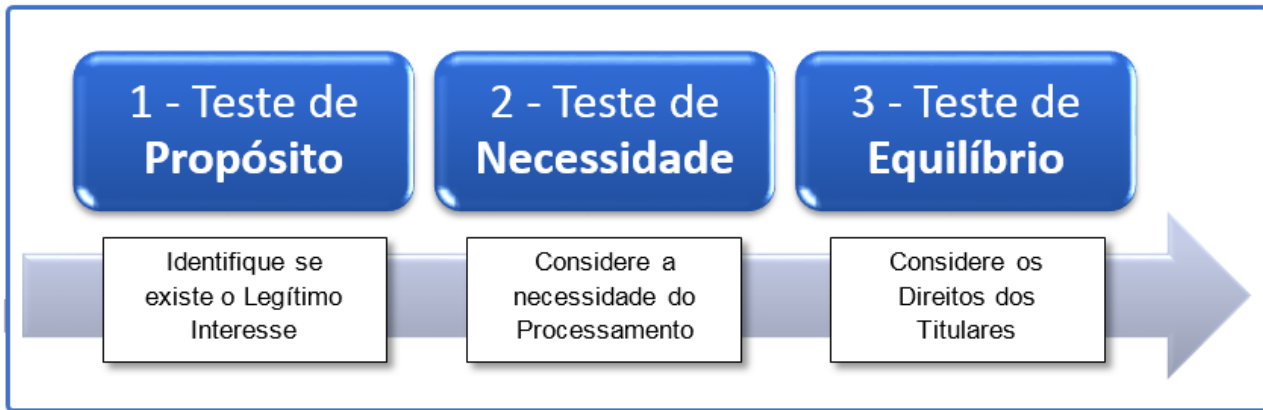
- 1) **Consentimento:** o indivíduo deu consentimento claro para que você processe seus dados pessoais para uma finalidade específica.
- 2) **Contrato:** o processamento é necessário para um contrato que você tem com o indivíduo ou porque eles pediram que você executasse etapas específicas antes de entrar em um contrato.
- 3) **Obrigação legal ou regulatória:** o processamento é necessário para que você cumpra a lei (não incluindo obrigações contratuais).
- 4) **Interesses vitais:** o processamento é necessário para proteger a vida de alguém.
- 5) **Tarefa pública:** o processamento é necessário para que você execute uma tarefa de interesse público ou para suas funções oficiais, e a tarefa ou função tem uma base legal clara.
- 6) **Interesses legítimos:** o processamento é necessário para seus interesses legítimos ou os interesses legítimos de terceiros, a menos que haja uma boa razão para proteger os dados pessoais do indivíduo que se sobrepõem a esses interesses legítimos.

Como conduzir um LIA?

Como sua LIA determina se a base de Interesses Legítimos se aplica, você deve executá-la antes de começar a processar os dados. Você não pode começar a processar os dados e, em seguida, tentar retroativamente aplicar interesses

legítimos. Seu processamento é totalmente ilegal sem existir uma base legal e isso levará a violações inevitáveis dos requisitos de transparência e responsabilidade.

Portanto, você deve iniciar a LIA utilizando a abordagem do teste de três estágios, conforme abaixo:



LIA - TESTE DOS 3 ESTÁGIOS

Logo, é necessário abordar cada parte do teste de três estágios e registrar o respectivo resultado das saídas, registrando todos os fatores relevantes, quer eles apoiem ou não sua conclusão, pois isso mostra que você levou tudo em consideração antes de tomar sua decisão, corroborando para a total transparência no processo de avaliação.

O Teste de Equilíbrio certamente será o seu ponto de abordagem mais importante (e por esta razão abordaremos somente ele para ser mais sucinto e focado), visto algumas dificuldades ao se considerar algum subjetivismo, muitas vezes, decorrente do seu ponto de vista junto ao tratamento em questão.

A Empresa não deve tentar tornar a avaliação injusta ou tendenciosa e necessitamos, principalmente, dar a devida consideração e ponderação aos direitos e liberdades das pessoas. Logo, existem vários fatores a serem considerados ao tomar uma decisão sobre se os direitos de um indivíduo substituiriam o nosso pretensão Legítimo Interesse.

Não há uma lista exaustiva do que você deve levar em consideração para conduzir esta etapa, no entanto, você deve considerar, no mínimo, uma abordagem nos quatro aspectos abaixo:

- A **natureza** dos dados pessoais que deseja processar;
- As **expectativas razoáveis** do indivíduo;
- O provável **impacto** do processamento no indivíduo e se quaisquer salvaguardas podem ser colocadas em prática para mitigar os impactos negativos;
- As **salvaguardas** necessárias para mitigar os riscos.

Analizando o Resultado

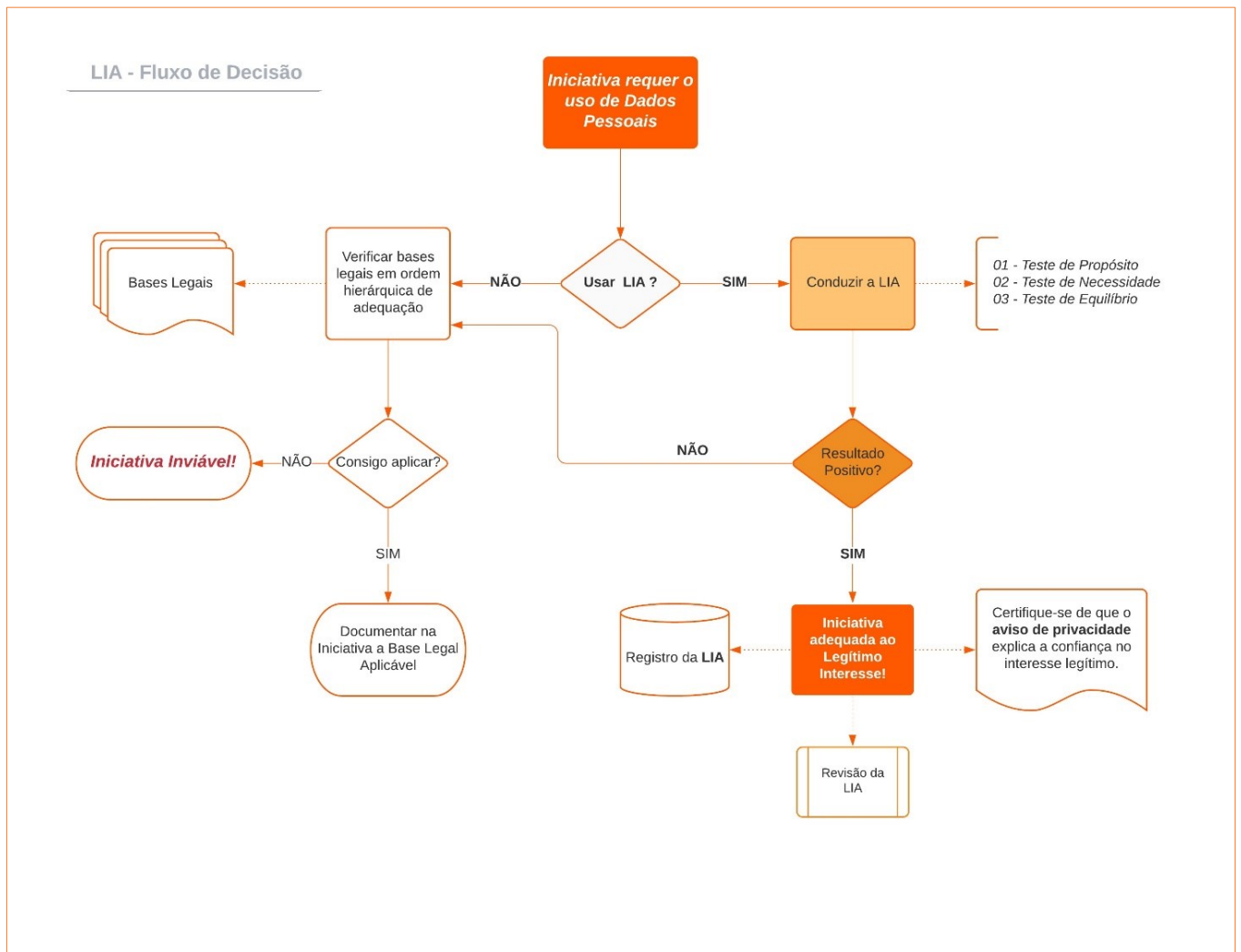
Neste ponto final você precisa pesar todos os fatores identificados durante a sua LIA, a favor e contra o processamento, e decidir se ainda acha que seus interesses devem ter prioridade sobre qualquer risco para os indivíduos. Este não é um exercício matemático, pois sempre há elementos subjetivos envolvidos; contudo, a sua decisão deve ser a mais objetiva e transparente possível.

Você deve ter certeza de que pode mostrar por que os benefícios do processamento justificam quaisquer riscos identificados e, conseqüentemente, quanto mais significativos os riscos, mais convincente deve ser a sua justificativa.

Se o resultado da avaliação constatar uma ligação limítrofe e você não tiver certeza de que seus interesses justificam o impacto sobre os indivíduos, então você também pode procurar outras bases legais. Por exemplo, você pode querer considerar se o consentimento é apropriado, para dar aos indivíduos controle total sobre o uso de seus dados.

Se o seu LIA identifica riscos potenciais elevados para os direitos e liberdades do indivíduo, você precisa prosseguir para fazer uma DPIA para avaliar os riscos e as salvaguardas potenciais em mais detalhes.

Por fim (como todos sabem... uma imagem vale mais q 'n' palavras!), utilize o esquema abaixo que resume todo o processo de condução de uma LIA, para que você possa perceber de maneira prática e eficaz o seu papel neste importante processo de avaliação e conformidade:



👁 **Dúvidas? Contate o DPO:**
<https://www.linkedin.com/in/adriano-dpo>
<https://www.gid.net.br>